

Senhoras e Senhores Conselheiros, Senhoras e Senhores Defensores Públicos,

No mês de janeiro do ano de 2003, o Exmo. Governador do Estado, Aécio Neves, promulgou a Lei 65/03, organizando a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, bem como adaptando-a aos moldes da Constituição da República de 1988.

Por força do artigo 145, da lei em tela, foram transferidos para a Defensoria Pública os contratos, os convênios e outras modalidades de ajuste celebrados pela então Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos, em razão da autonomia da Instituição, cujo período de transição deveria ter sido acompanhado por uma comissão formada pelos Secretários-Adjuntos do Planejamento e Coordenação Geral, de Recursos Humanos e Administração, da Fazenda e da Justiça e de Direitos Humanos, pelo Defensor Público Geral e um representante da classe, com a incumbência de providenciar os atos necessários à efetiva instalação da Defensoria Pública, comissão que não chegou a se reunir uma vez sequer, inobstante os contatos realizados para tal fim.

Em julho de 2003, quando da primeira posse do Defensor Público Geral, esse era o quadro: comarcas ameaçando de paralisação por falta de material básico; comarcas com ameaça de despejo em razão do término de convênios e contratos; contratos necessitando de aditamento ou rescisão; telefones instalados até em salão de beleza, pago com recursos da Defensoria Pública; equipamentos obsoletos; falta de pessoal qualificado e falta de recursos materiais, financeiro e pessoal.

Esse era o desafio: construir uma Defensoria Pública, capaz de resgatar a dignidade do Defensor Público, dos servidores da Defensoria Pública e abrir suas portas àqueles que são a razão de nossa existência: a população hipossuficiente que tanto necessita de nossa dedicação, suor, compreensão e auxílio.

O primeiro passo foi buscar recursos para compra de material e ajustes dos contratos. Para efetivação da primeira compra, foi necessária, durante o processo, a capacitação de pessoal, visando a formação de pregoeiros. Com alguma dificuldade e pouco conhecimento, realizou-se o primeiro pregão, na

modalidade presencial. Em 2007, realizamos 39 pregões, sendo somente três realizados na modalidade presencial; os demais foram realizados na modalidade eletrônica, permitindo a participação de fornecedores de todo o país e tornando nossos processos mais transparentes, ou seja, ao longo do tempo buscamos sempre aprimorar os procedimentos, incorporando a cotação eletrônica de preços, para os casos de dispensa de licitação e o registro de preços, cuja intenção era adotar o último como regra em nossas compras, proporcionando maior rapidez, transparência e segurança nos processos licitatórios.

Com a realização dos pregões, os materiais começaram a chegar e com eles verificamos a inadequação de nosso almoxarifado, frente às nossas necessidades. Alcool estocado junto com papel e madeira, em local de pouca ventilação, mais precisamente localizado na garagem da antiga sede. Durante muito tempo trabalhamos, tendo a nossos pés, uma bomba. Novamente com o pires na mão, percorremos diversas secretarias, até adquirirmos os recursos necessários para locação de um galpão, de mil e cem metros quadrados de área construída, para instalarmos nosso almoxarifado. Hoje temos ali estocado mais de uma centena de itens, organizados em prateleiras e sem nenhum risco.

Com o aumento de nossas responsabilidades, em decorrência da autonomia conquistada, passamos a ter maior demanda por pessoal, para estruturar os setores estratégicos, não podendo deixar de mencionar a nova estrutura dos gabinetes da Defensoria Pública Geral, Subdefensoria Pública Geral e Corregedoria Geral. Hoje somos 731 servidores, dentre efetivos e terceirizados, já antevendo a necessidade de ampliar o contrato com a empresa MGS visando o aumento de pessoal, dada a expansão de nossa Instituição, principalmente para suprir nossa deficiência na área de segurança, dar maior suporte às nossas unidades do interior, mais precisamente naquelas comarcas onde locamos imóveis e aumentar a capacidade de produção dos setores já existentes.

Forçoso, nesse diapasão, discutir a necessidade de realização de concurso público visando o provimento dos cargos vagos da área meio, mas, previamente, é preciso aprimorar a política salarial de nossos servidores, objetivando buscar no mercado, profissionais altamente qualificados, o que não é possível

com o nível salarial praticado no momento. Acreditamos, que dentro do tecnicismo do governo, possamos demonstrar, em tese, a viabilidade desse aumento, através de um comparativo do custo da terceirização e a realização do concurso com nível salarial mais realista e também com alguns ajustes internos. Digo em tese, porque é necessário um minucioso estudo.

Em relação à logística, vale destacar o processo em fase final de conclusão, para contratação de empresa especializada, visando a terceirização do almoxarifado, incluindo a gestão de materiais e transporte de cargas, materiais, mobiliários e equipamentos. Com esse procedimento esperamos reduzir o tempo de solicitação de material e sua efetiva entrega; entregar todo tipo de material, sólido ou líquido, superando a dificuldade de enviar, por exemplo, detergente às unidades do interior; maior controle do estoque, ou seja, entrada e saída de material e equipamento; conhecimento do estoque médio e mínimo, objetivando instruir e desencadear nosso planejamento de compras e, conseqüentemente, reduzir nossos custos, uma vez que as compras serão centralizadas e melhor otimizadas, reduzindo, também, a probabilidade de perdas de material em estoque; erros na elaboração de inventários e avariações em mobiliário e equipamentos, quando transportados.

Com a instalação da Superintendência de Informática, iniciamos o processo de desenvolvimento do nosso sistema de informação, com a criação da intranet, ativação do link do almoxarifado central; desenvolvimento do projeto da nova sede; implantação de links fora da sede; estabilização do ambiente fora da região metropolitana; processamento da folha de pagamento; padronização do processo de manutenção de equipamentos vindos do interior; criação de rede de cabeamento estruturado (dados e voz) e rede elétrica de informática; compra e instalação de equipamentos de rede; configuração de rede lógica; substituição de computadores; estudo visando a terceirização dos serviços de impressão; controle e redução dos custos de telefonia (tarifador, interfaces celulares); implementação de estratégia de backup e proteção a dados; formalização e implementação de políticas de informática (acesso a internet, rede interna e uso das estações de trabalho); autenticação de usuários de rede (login e senha); implantação de servidor de e-mail próprio; implantação de serviços de contracheque via web; criação de equipe de sistemas; melhorias de segurança do datacenter da sede; estudos para implantação de

sistemas de registro e controle de atendimento, cuja implantação deve demorar de dois a três anos; melhoria de processos da informática e suas interfaces com os setores, dentre várias outras ações, tendo como objetivo final consolidar o sistema de informação, tão necessário nos dias de hoje.

Em relação à Superintendência de Gestão Jurídica, solicitamos priorização na construção de um modelo confiável e ágil de análise estatística. Com efeito, a correta leitura dos números fazem destes uma excelente ferramenta de trabalho, auxiliando-nos na tomada de decisão. Para se ter um exemplo, tomamos conhecimento de que o número do telefone geral da Defensoria Pública recebe, aproximadamente, 2.600 ligações por mês, equivalente a uma ligação a cada quatro minutos. Se potencializarmos esse trabalho, implantando um eficiente serviço de call Center, aqueles cidadãos que vem à Defensoria Pública somente para informação ou cuja ação não é de nossa competência, por esse serviço seriam orientados e, certamente, com reflexo na fila, ou, ainda, viriam à Defensoria Pública com a documentação básica em mãos, reduzindo o tempo de atendimento.

Matéria afeta à comunicação, temos nosso servidor acompanhando o estudo de modernização dos serviços de call Center, visando, também, sua instalação na Defensoria Pública.

Através do Setor de Projetos e Convênios, a Defensoria Pública, desde o ano de 2004, vem captando recursos junto à União e implantando núcleos especializados, como: Núcleos de Defesa das Mulheres em Situação de Violência, nas comarcas de Belo Horizonte, João Monlevade, Montes Claros, Itajubá, Araguari, Juiz de Fora, Varginha, Betim e Contagem; Núcleo do Deficiente Físico; Núcleo da Infância e Juventude da Comarca de Belo Horizonte; Centro de Apoio e Prevenção à Violência Contra a Pessoa Idosa e Balcão de Direitos do Vale do Jequinhonha/Mucuri e Vale do Rio Doce, estes em parceria com diversas instituições, como: Polícias Civil e Militar, RECIVIL, SESC, SESI, SEDESE, Ministério Público, Juízes de Direito, Ministério do Trabalho, Correios, Municípios de Almenara, Jequitinhonha, Itambacuri, Teófilo Otoni, Governador Valadares, Galiléia, Mathias Lobato, Frei Inocêncio e Engenheiro Caldas, Justiça Federal Itinerante, Consórcio UHE Baguari, Universidades, Faculdades de Direito, dentre outros. Esses convênios somaram recursos da ordem de R\$

1.860.351,26, sendo R\$ 1.392.919,00 provenientes da União, por meio da Secretarias Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Secretaria da Reforma do Judiciário nas quais a Defensoria Pública goza de bom prestígio, em razão dos projetos apresentados, bem como da elaboração de sua prestação de contas, possibilitando a captação de novos recursos e R\$ 467.432,26, de recurso estadual, por meio da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Finanças. Com esse orçamento, a Defensoria Pública equipou as respectivas unidades com veículos, computadores, impressoras, mobiliários, note books, material de escritório, scanner's, datashow, dentre tantos outros.

Fora os núcleos acima apontados, aguardamos ainda para esse ano, a execução do núcleo fundiário, já aprovado e apresentação à Secretaria de Reforma do Judiciário, proposta de implantação do núcleo penitenciário, o qual encontra-se em fase de diagnóstico e com promessa de recursos financeiros junto à SRJ.

Não obstante constituir uma excelente fonte de recursos, a grande importância desse trabalho foi inserir na Defensoria Pública a doutrina do atendimento especializado a públicos específicos, objetivando sua uniformização de procedimentos, por meio de instalação desses núcleos em diversas comarcas. O passo, agora, é unificá-los e criar os meios necessários para que haja uma perfeita interação entre eles, com a criação de uma coordenação central, responsável pela comunicação com os atores externos, facilitando nossa atuação e quebrando resistências.

Em termos de orçamento, houve também grande evolução, pois saltamos de um orçamento de R\$ 25.058.267,00, com zero de investimento, para R\$ 99.637.444,00, com R\$ 3.092.716,00 relativo a investimento. A despesa com custeio variou de R\$ 1.513.190,00 em 2003, para R\$ 10.357.164,00. Nosso gasto com pessoal saltou de R\$ 23.545.077,00, para R\$ 86.187.564,00, possibilitando à Defensoria Pública a realização de três concursos públicos, sendo um em andamento, ainda na fase interna do certame; evoluir o salário da classe inicial de R\$ 2.233,43 em 2003, para R\$ 7.000,00, ou R\$ 6.580,00, se considerado o Defensor Público Substituto e um teto de R\$ 2.735,00 para R\$ 10.002,30; realizar 05 sessões do Conselho Superior para promoção de Defensores Públicos, sendo duas da classe inicial para a segunda

classe, duas da segunda classe para a classe especial, essas no antigo quadro da carreira e 01 sessão para promoção da primeira para a segunda classe, considerado o atual quadro; contratar estagiários; ampliar o número de contratos de locação de imóveis em nossas unidades do interior; aumentar nossa capacidade de aquisição de mobiliário, equipamentos e serviços.

Em relação às promoções, devemos esclarecer que em reunião realizada no dia 08 de setembro com o Exmo. Sr. Vice-Governador do Estado, tratamos, além da nomeação do novo Defensor Público Geral, da promoção da classe III, para a classe IV, mas até o momento não recebemos resposta sobre esse pleito.

Nossa frota de veículos mais que quintuplicou. Tendo apenas três veículos em 2003, conta hoje com carro de representação oficial do Defensor Público Geral, utilitários e van de passageiros. No interior temos veículos nas Comarcas de João Monlevade, Montes Claros, Itajubá e, brevemente, em Varginha, Araguari, Juiz de Fora, Contagem e Betim.

A sede atual da Defensoria Pública está em melhores instalações que a anterior. Hoje atendemos com mais conforto, em local decente e mais digno. Não obstante, já criamos a consciência da necessidade de instalar o atendimento ao público em outro local, vez que a atual sede não mais comporta todos os nossos serviços, em função de nossa expansão.

Verifica-se, pois, que desde a promulgação da Lei Complementar 65/03 nossa Instituição muito se desenvolveu e continua em franca expansão. Muito se construiu e muito ainda há que se fazer. Fato é que, como disse o Conselheiro Glauco, “mesmo atravessando graves crises, dentre elas duas greves prolongadas, as gestões anteriores nos levaram ao patamar atual, onde sobressai habilidade política, interlocução com o governo, capacidade gerencial e de superar desafios, aliado ao produto das lutas da nossa classe. Até a LC 65/03 a DPMG era uma unidade administrativa da Secretaria de Justiça. Não administrava e nem respondia por nada que não fosse a execução da atividade fim. Com a LC 65/03, sem corpo técnico nem pessoal especializado, de uma hora para outra, sem conhecer a máquina nem a lógica do seu funcionamento, passou a gerenciar seu pessoal, executar o orçamento, promover licitações e realizar compras públicas, lançar a folha de pagamento e ninguém acreditava que iríamos conseguir

isso em curto espaço de tempo, rever contratos, celebrar convênios e administrar a evasão em massa de Defensores Públicos, inconformados com as condições de trabalho, o pior salário das Defensorias Públicas do País e sete anos sem promover concursos, que desaguarão na campanha da ADEP SOS DEFENSORIA e na greve de 2004. A Secretaria de Justiça, por exemplo, despejou na Defensoria as pastas funcionais do seu pessoal, sem aviso e nem preparação, retirou seu pessoal administrativo e cessou o fornecimento de material de consumo.

Enfrentando a resistência da burocracia do Estado, que não aceitava a desvinculação da Defensoria Pública do poder Executivo, aos poucos, com competência e sacrifício, a Administração foi montando equipe, construindo contatos com as estruturas do Executivo e literalmente construiu o avião enquanto voava. Para quem não sabe, durante meses pessoas experientes que servem na atividade meio e eram aposentadas trabalharam como voluntárias, sem remuneração, por solidariedade, porque não havia previsão de cargos comissionados e funções gratificadas. A própria mudança da sede e que já está aquém das necessidades da Instituição é consequência de três anos de luta. Uma vez identificado o prédio, foi necessário convencer uma a uma a cúpula do MP, do TRT e do TJ de que ele seria destinado para a Defensoria. Depois foi necessário promover o esvaziamento do prédio pelo IEF, que se recusava a sair; a reforma das gambiarras de vinte anos de ocupação e a sua estruturação. Embora devesse ser óbvio e lógico, pela primeira vez foram adquiridos móveis padronizados e temos gabinetes dignos, internet banda larga, linhas telefônicas e ramais em todas as mesas, em substituição dos objetos doados, que não serviam para as outras repartições. A Defensoria Pública, historicamente, era tratada como a sociedade trata os destinatários de nossas funções”.

Nobres Conselheiros, queremos dizer que, apesar de todas as dificuldades é preciso sempre caminhar. Olhar para frente, fazer das experiências do passado, uma lição a nortear nosso presente e futuro. Não há problemas sem soluções; se soluções não existem, é porque não temos um problema, mas um fato a ser administrado.

Por tudo que até aqui disse, creio ter deixado claro que Defensoria Pública é um eterno desafio e por isso entendemos ser necessário dar prosseguimento ao trabalho iniciado pelo setor

de projetos, visando a modernização, expansão e otimização do atendimento, para o qual é imprescindível a elaboração de nosso próprio diagnóstico, onde devemos vislumbrar quais são os nossos gargalos, os pontos críticos que obstam o avanço do atendimento à população hipossuficiente e que nos tornam, às vezes, tão irritáveis, obrigando-nos a sucessivas licenças médicas e estado estafante.

É preciso que nós, Defensores Públicos, acordemos. Não podemos continuar entendendo que autonomia é sinônimo de isolamento político; ao revés, devemos alinhar nossa política, com as políticas que possam nos trazer resultados positivos e devemos fazer este alinhamento por meio do Plano Geral de Atuação.

Com efeito, consoante as palavras de nossa Especialista em Políticas Públicas, Dra. Luciana Lopes Nominato Braga, “O Plano Geral de Atuação foi criado pela Lei Complementar 65 de 2003, sob a influência de um novo paradigma de gestão pública no Estado de Minas Gerais, como instrumento anual de planejamento e gestão das ações da Defensoria Pública. O novo paradigma da administração pública coaduna-se à concepção de administração pública gerencial contraposta ao modelo burocrático vigente até fins da década de 70. A administração gerencial surgiu como resposta à crise fiscal do estado, com vistas a reduzir os custos e tornar a administração do estado e a prestação dos serviços mais eficiente (BRESSER-PEREIRA, 2003).

A partir dos anos 80 percebe-se uma onda global de reforma do setor público, na qual praticamente todos os governos vêm empreendendo esforços para modernizar e agilizar a administração pública (KETTLE, 2003). As reformas gerenciais se deram em maior ou menor grau, variando de país em país. Alguns autores, no auge das mudanças de paradigma, se apressaram em dizer que o movimento consistia em uma verdadeira revolução conservadora e liberal (SORMAN, 1984). Trabalhos recentes, entretanto, tendem a refutar esta associação da Nova Gestão Pública com o Neoliberalismo. Bresser Pereira, por exemplo, considera que a identificação da administração gerencial com o conservadorismo ou neoliberalismo não possui explicação lógica, já que o ajuste fiscal não seria proposta ideológica, mas antes uma condição necessária para um governo forte e efetivo (2003).



Apesar de variáveis tanto em amplitude quanto em intensidade, é possível apontar duas idéias básicas às reformas: i) a necessidade de gerenciar a máquina estatal de maneira mais eficiente, o que conduziu às reformas administrativas e ii) o afastamento do estado da provisão direta de bens e serviços, induzindo aos processos de privatização das empresas estatais ou a novas técnicas administrativas como os contratos gerenciais.

No Brasil, este movimento iniciou-se, na esfera federal, com a criação do Plano Nacional de Desestatização em 1991, em uma tentativa de se iniciar privatizações. A partir de 1995, ao longo do governo de Fernando Henrique Cardoso, novos métodos foram incorporados pela administração pública, que passou de um modelo burocrático ao New Public Management, o modelo gerencial que tenta aliar técnicas da administração privada à máquina pública, buscando eficiência dos processos e redução dos custos.

Em Minas Gerais, a reforma administrativa teve seu início em 2003, em um conjunto de ações de revigoramento do planejamento governamental. Conforme afirmam Tavares e Barreto (2006 a, p.43).

No início de 2003, o setor público mineiro apresentava crítica situação financeira, com uma década de déficits fiscais crônicos e endividamento crescente, planejamento e orçamento desarticulados, com conseqüente descrédito dos planos, despesas orçamentárias sem cobertura financeira, acarretando sérias dificuldades com fornecedores e ausência de instrumentos de controle gerenciais, especialmente de planejamento e orçamento. Dado esse contexto, uma das plataformas da campanha do Governador eleito foi a necessidade de revigorar o planejamento público em Minas.

Tal situação ensejou a reforma gerencial do estado, que tomou uma forma dual: ações concomitantes que foram chamadas “planejamento de hoje para hoje” e “planejamento de hoje para amanhã”, visando ajustar as contas públicas no curto prazo e garantir o equilíbrio fiscal a longo prazo. O planejamento gerencial em Minas envolveu, especialmente, a integração entre planejamento, orçamento e gestão. Nesta junção o PMDI surge como instrumento norteador, aliado ao PPAG e a Lei Orçamentária Anual.

Percebe-se que esta racionalização e a coordenação das ações do Governo consubstanciadas no planejamento gerencial está prevista como objetivo do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado no inciso II do art. 231 da Constituição Estadual. No caso do PMDI 2003-2020, o planejamento gerencial foi uma de três opções consideradas estratégicas e priorizadas pelo governo de Minas.

Com o sugestivo nome de “Choque de Gestão”, a reforma gerencial mineira constituiu a opção estratégica de “reorganizar e modernizar o setor público estadual” de maneira a recuperar a capacidade do estado de prestar serviços e induzir o desenvolvimento (MINAS, 2003). A reforma gerencial, seria, assim, uma resposta tanto à falta de recursos quanto à perda do poder de ação do estado contemporâneo (ABRUCIO, 2003).

Neste ínterim, enquanto o Choque de Gestão atingia diversas secretarias e órgãos do Estado, a Defensoria Pública caminhou alheia ao movimento geral, tendo conquistado, à mesma época, sua autonomia administrativa. Este isolamento foi necessário, em um primeiro momento, para reafirmar a independência institucional da Defensoria como verdadeira política de Estado, função essencial à justiça, e não política de governo, temporária e circunstancial.

Hoje, tendo conquistado autonomia administrativa e respeitabilidade política, a Defensoria Pública pode voltar-se à questão fundamental da reforma do estado e da modernização administrativa, buscando sua atualização gerencial com vistas a qualidade da prestação da assistência jurídica e efetividade do gasto público.”.

Neste sentido, o Plano Geral de Atuação 2008, que será apresentada a esse Egrégio Conselho Superior, inspirou-se na necessidade premente de adequação e do aprimoramento da reforma, realizando um diagnóstico do que foi conquistado no ano passado e estabelecendo as diretrizes para o próximo ano.

Partindo da definição, principalmente, da nossa missão e visão de futuro, ou, em linhas gerais, o que somos e para onde queremos ir, temos certa facilidade de entendermos o porquê de não sermos eficiente no cumprimento de nossa missão e quais são os obstáculos que devemos superar para alcançarmos nossa

visão. A resposta para essa pergunta, creio, resulta da elaboração de nosso diagnóstico. A Defensoria Pública precisa de mais Defensores Públicos ou de um modelo mais moderno e eficaz? Para atingirmos nossos objetivos é necessário aumentar nosso quadro ou podemos alcançar o mesmo objetivo com o mesmo número de Defensores Públicos – 1200 – ou, até mesmo reduzir esse número, mas aliado a um corpo de apoio técnico, dando mais dinamismo ao Defensor Público, possibilitando seu deslocamento, sem paralisação dos seus serviços. Afinal, quais são os nossos gargalos?

As respostas para essas questões irão nos auxiliar na construção de um projeto amplo para a Defensoria Pública, com expansão de seus serviços, a redução do número de comarcas sem unidades instaladas, maior profissionalização, criação de indicadores de aferição de resultados, prestação de contas à sociedade, relação custo/benefício, reflexo do nosso trabalho no Judiciário e Executivo e a demonstração de que, sem a correção da distorção salarial, não há planejamento que sustente a Defensoria Pública.

Recentemente, algumas comissões foram montadas, com o objetivo de visitar cada unidade instalada da Defensoria Pública, seja na região metropolitana, seja no interior do Estado. Cerca de oitenta comarcas já receberam a visita de alguma dessas comissões. O primeiro relatório parcial, envolvendo vinte e oito comarcas, nos mostra que somente três não apresentaram nenhuma deficiência em sua estrutura, ou seja, nesse universo, 89% de nossas unidades necessitam de algum tipo de intervenção. Se cada comarca fosse responsável pela realização de seu diagnóstico e planejamento, provavelmente esse quadro seria outro. Não obstante, o tempo gasto para o desenvolvimento dessa cultura, que será iniciado com a realização de works shop's, foi consumido para tirar a Defensoria Pública da UTI. Positivamente, além de sabermos que temos problemas, passaremos a conhecer tais problemas e criar condições para saná-los. Desta forma. Consoante o planejado, esperamos que até o final do ano, diversas comarcas recebam mobiliários dignos, tenham condições dignas, equipamentos necessários e possam dar à sociedade o resultado que ela espera de nós.

Como visto, muito se fez, e muito ainda há que se fazer.

Ao Dr. Belmar Azze Ramos, com esse relatório aqui apresentado, gostaria de dizer que é essa a Defensoria Pública que estamos lhe entregando, em franco processo de expansão e buscando ocupar o seu espaço. Parabenizo V. Exa. pela escolha de vosso nome para ocupar o pesado cargo de Defensor Público Geral, desejando-lhe sorte e pedindo aos Defensores Públicos e servidores administrativos dessa casa, o apoio necessário para que a gestão de V. Exa. seja coroada de êxito.

Finalizando, quero dizer que tenho a esperança de ter cumprido bem minha missão, chegando o momento de retomar minhas funções como órgão de execução. Nessa Instituição fui motorista, pregoeiro, coordenador de núcleo, responsável pela distribuição e protocolo de 600 petições mensais, coordenador de área, diretor, membro eleito do Conselho Superior, Subdefensor e Defensor Público Geral em exercício. Enfrentei pressões de meus próprios pares e pressões externas, como a imprensa e Ministério Público e tenho a firme convicção de não ter permitido a paralisação de minha gloriosa e honrada Defensoria Pública. Apesar de ser detentor de um mandato, que se expira em 2010, pois fui nomeado pelo Exmo. Sr. Governador do Estado para o cargo de Subdefensor Público Geral, entendo, iluminado pelos meus princípios éticos, que devo deixá-lo à vontade para bem montar sua equipe de trabalho, começando pelo cargo de sua mais alta confiança, solicitando que, de vossas mãos, fosse enviado ao Exmo. Sr. Governador de Estado o meu pedido de exoneração do cargo de Subdefensor Público Geral.

Deixo aqui nossa eterna gratidão a todos os servidores, do mais humilde ao mais graduado e aos Defensores Públicos, pelo apoio, dedicação e participação no destino da Defensoria Pública, com a certeza de que, não fosse o zelo individual de cada um no exercício de suas funções, não teríamos alcançado o êxito que entendemos conquistado.

Obrigado a todos.

Várlen Vidal  
Defensor Público Geral em exercício